

POBREZA MENSTRUAL: REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES NO ESPAÇO ESCOLAR

Maria Amália de Mélo Costa
Iolanda Barbosa da Silva

RESUMO

O artigo abordará a pobreza menstrual como campo de reprodução de desigualdades no espaço escolar impactando no acesso, permanência, trajetória e desempenho dos estudantes na educação básica devido a violência simbólica sofrida pelos corpos femininos e o estigma criado em torno da dignidade menstrual dos diversos estudantes não serem tratadas como questões de política educacional. Logo, as demandas dos estudantes do gênero feminino e trans enfrentam a precarização de recursos, insumos e os preconceitos que impedem a garantia da dignidade menstrual na escola, evidenciando a ausência de políticas públicas de saúde coletiva e direitos humanos que possam garantir a permanência no ambiente escolar. O universo da pesquisa compreende as estudantes matriculadas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Reitor Edvaldo do Ó, localizada em um território de alta vulnerabilidade, no município de Campina Grande. Portanto, as desigualdades promovidas por uma violência simbólica impõem um silenciamento do problema no cotidiano escolar e não aparece como indicador de infrequência, retenção e evasão a serem averiguados nas análises dos estudos culturais sobre o desempenho escolar e sua correlação com classe social, gênero e raça. A análise dos resultados a partir de dados coletados por meio de questionários aplicados as estudantes trará novas possibilidades interpretativas para as investigações sobre fluxo e rendimento escolar, considerando a pobreza menstrual no espaço escolar e os seus impactos nas trajetórias individuais e coletivas, evidenciadas pela ausência de políticas que garantam a distribuição de absorventes ao longo do ano letivo.

Palavras-chave: Escola Pública, Educação Básica, Gênero, Dignidade Menstrual, Classe Social.

INTRODUÇÃO

Diante de um contexto histórico complexo no qual as questões de gênero foram negligenciadas no âmbito das pesquisas educacionais, e na sociedade com as mulheres sofrendo constantes violências sobre seus corpos, devido a hegemonia do sistema patriarcal que torna a mulher um ser inferior em relação ao homem. Como objeto de repressão, as mulheres acabam sofrendo, conseqüentemente, diversos estigmas que são elaborados e impostos pelo patriarcado e acabam reforçando violências em todos os espaços sociais, inclusive nas escolas; por isso, iremos investigar e interpretar a pobreza menstrual no espaço escolar. Ao trabalharmos com esta temática temos a oportunidade de provocarmos diálogos

sociais e políticos no campo da sociologia e do ensino de sociologia na educação básica como uma forma de desnaturalizar essas problemáticas.

Segundo Bourdieu, “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer” (Bourdieu, 1996, p.16); portanto, um sistema de relação entre opressor e oprimido que se reproduz e se legitima de forma inconsciente entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais dos agentes envolvidos nas interações sociais.

O intuito deste artigo é trazer a compreensão de como a violência simbólica, sofrida por estudantes de uma escola pública pode gerar evasão e infrequência, pela ausência de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pobreza menstrual no espaço escolar; e, como esses fatores estão ligados às variáveis de classe social, gênero e raça. Abre espaço para trazer uma visão através de uma pesquisa de campo sociológico e a importância do ensino de sociologia na educação básica.

Para uma melhor compreensão do tema e análise das fontes e dados oriundos da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo associados às reflexões trazidas por artigos científicos, o corpo do texto está estruturado a partir da contextualização do campo de pesquisa, suas motivações, conceitos que fundamentam e análise dos dados empíricos facilitando a compreensão dos leitores.

METODOLOGIA

A pesquisa de caráter exploratório e descritivo quanto aos procedimentos metodológicos se utilizou da coleta de dados bibliográficos e de campo, optando pela utilização de artigos que abordassem a temática da violência simbólica e pobreza menstrual no espaço escolar, sendo eles “A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais” de José Vicente Tavares dos Santos, 2015 e “A pobreza menstrual como fator de violação de direitos humanos: um olhar para adolescentes no ambiente escolar” de João Victor Ferreira da Silva, Yoanna Danielly Victor Lopes e Vicente Celeste de Oliveira Júnior, 2022. No qual foram de extrema importância para conseguir entender os dados observados em campo, especificando a dimensão de direitos humanos e a repressão do patriarcado sobre os corpos femininos, presentes nas estruturas sociais que reforçam essa desigualdade social. Além disso, também foi utilizado o método de abordagem qualitativa, como forma de interpretar os dados coletados na pesquisa de campo, com aplicação de questionário de questões abertas junto às estudantes do ensino médio (Minayo, 2011) da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Reitor Edvaldo do Ó na cidade de Campina Grande na Paraíba, localizada numa área de extrema vulnerabilidade social. O universo foi composto por 9 (nove) estudantes que aderiram à pesquisa quando foram abordados pela entrevistadora no espaço escolar, para

responderem algumas perguntas relacionadas às suas experiências quanto à menstruação no ambiente escolar. Os dados coletados nos questionários possibilitaram uma análise da quantitativa a partir do referencial teórico (Santos, 2015. Silva, Lopes, Júnior, 2022) estudado nos proporcionando os fundamentos para interpretação dos resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. POBREZA MENSTRUAL COMO POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E O DIREITOS HUMANOS E DESIGUALDADE SOCIAL

Ao longo da história, por meio de uma sociedade patriarcal e capitalista, a mulher sofre diversas violências diariamente em relação ao seu corpo, comportamentos, vestimentas, saúde e modos de se comportar. Toda essa violência sofrida é geralmente ocasionada por homens impondo controle sobre as mulheres, gerando outras problemáticas interseccionais envolvendo gênero, raça e classe. Dentre elas está incluída a pobreza menstrual, que além de afetar o meio doméstico, também afeta outras instituições como as escolas e as universidades, tirando o direito à educação desse público, como cita o Art. 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988)

Em que afirma o direito à educação para todos e que essa garantia deve ser efetivada pelo Estado e pela família. Mas o que não pode ser descartado é que ter direito à educação é também ter direito de meios que somam para a permanência desses indivíduos no ambiente escolar. Dessa forma, onde está o direito desses estudantes quando as mesmas não têm acesso a condições básicas de materiais de higiene pessoal nas escolas e que garantam a permanência delas? Ou ainda por que essas questões de saúde voltadas à pobreza menstrual ainda não são percebidas como políticas educacionais dentro do espaço escolar? Bourdieu em uma de suas citações nos diz que “Uma das armas da crítica é confrontar um regime com sua verdade oficial para mostrar que ele não é conforme ao que diz” (Bourdieu, 2012,p. 65) que nos mostra como na prática nem todas as leis são realmente eficazes, mas sim uma forma de tentar suprir as demandas cobradas socialmente.

A evasão começa uma vez que, nas escolas, existem condições precárias de permanência durante os períodos menstruais dessas alunas se originando desde banheiros sem papel higiênico até a falta de distribuição de absorventes durante todo ano letivo por parte do Estado, que considera-se o básico para uma higiene pessoal.

O capitalismo, por sua vez, também tem contribuição nesse processo pois reforça ainda mais esse contexto precário, isso porque ele surge com intuito de um acúmulo de lucro e domínio da propriedade privada, reforçando desigualdades sociais e fazendo com que apenas um grupo de pessoas seja beneficiado e privilegiado. O capitalismo gera acumulação por um lado, e pobreza por outro; jamais elimina nem um nem outro (Siqueira, 2011, p.212). A partir daqui podemos pensar que tipo de direitos essas pessoas têm acesso? Afinal, por mais que tenhamos o Sistema Único de Saúde (SUS), muitas pessoas continuam sem acesso à saúde, uma vez que o sistema não consegue alcançar todas as realidades mesmo sendo um sistema público, e ainda apresenta condições precárias em seu funcionamento, o que em contrapartida, pessoas com uma classe social maior tem um acesso mais facilitado à saúde enfatizando como se torna desproporcional esse direito.

Quando partimos para a análise de políticas públicas e direitos dos estudantes no ambiente escolar, percebemos que a temática sobre pobreza menstrual pouco é abordada nas escolas, sendo invisibilizadas por uma ausência do Governo em diversas cidades e Estados do Brasil, não considerando, em sua maioria, esse cenário como um fator significativo para permanência ou não desses estudantes já que a falta desses recursos resultam em constrangimento e desconforto ao frequentarem a instituição.

As políticas de saúde a mulher podem ser inseridas a todos os estado se assim houver interesse dos órgãos responsáveis, a exemplo disso temos o governo de São Paulo que a partir da lei n. 388/2021 que aprova na Câmara Municipal a distribuição de absorventes descartáveis nas escolas municipais, além de outros recursos de higiene como desodorante e escovas de dentes por exemplo, sempre que se fizer necessário garantindo a permanência dos estudantes e mostrando ser possível e eficaz uma política de saúde da mulher nas escolas do país.

Este artigo tem como intuito mostrar como a violência simbólica e as relações de poder na sociedade, sobre os corpos femininos e transgênero podem ocasionar no ambiente escolar, um “pedido” por uma política eficaz e que atenda a essa necessidade, ao invés de ser um campo que ajudar a reproduzir essa violência.

Afinal, para quem está no “poder”, um corpo que menstrua nada mais é que uma mulher com sinônimo de fertilidade, gerando investimento apenas para aquilo que lhe desperta interesse sendo difícil entender que “Menstruar também é político” como cita a

autora Eugénia Tarzbachi (2017) nos mostrando que esse corpo vulnerável às violência não deve se resumir apenas a um espaço ofuscado e reprimido, muitas vezes sendo reconhecido como um símbolo de vergonha, mas que esse corpo também representa um símbolo de resistência e que suas causas também devem ser consideradas um ato de política.

Essa repressão dos corpos femininos dentro do ambiente escolar, expõe um estigma vivenciado por esses estudantes que deixam de ver seus corpos como uma matéria biológica, ou seja, menstruar como um fator natural de seus corpos, passando a ser cada vez mais difícil lidar com essas questões, isso por que a maneira como essas opiniões são expressadas em diferentes ciclos de relações nesses espaços, permitem que as estudantes passem a enxergar seus corpos e o ato de menstruar como motivo de “chacota”. Mas para que esses estudantes possam frequentar a escola, políticas de higiene e acesso a água por exemplo, também devem ser mais eficazes no ambiente doméstico, compreendendo que é a partir dali que se inicia sua rotina e práticas diárias, pois diante disso podemos enfatizar que esses programas sociais são criados no intuito de garantir direitos.

Uma maneira de iniciar o combate à pobreza menstrual é abrindo espaço para debates de maneira que essa pauta seja pública e alcance não só órgãos responsáveis mas também que a população seja aberta a essa discussão. No ambiente escolar por exemplo essas ações podem acontecer com contribuições das aulas de sociologia para colaborar na visão desses estudantes desnaturalizando essas problemáticas e quebrando tabus pertinentes entre os alunos, para que consequentemente isso se torne um debate social, a escola sem dúvidas é um local chave para essa abertura.

Em segundo plano, a garantia de absorvente tanto em postos de saúde também é uma maneira de combater a pobreza menstrual na escola pois garante recursos para o ambiente doméstico desses estudantes e contribui para facilitar a frequência das mesmas.

As mulheres vivem essa violência de uma maneira privada, de modo que elas carregam essa responsabilidade para si, ao invés do Estado assumir sua responsabilidade. Bourdieu nos traz diversas reflexões questões sobre isso:

Quem tem interesse no Estado? Existem interesses do Estado? Há interesses do público, do serviço público? Há interesses universais e quem são seus portadores? Quem tem os monopólios dos monopólios do Estado - violência física e simbólica legítimas? (ibidem, p.199)

As respostas das alunas para o questionário aplicado na escola nos mostra diversas respostas de maneira direta e indireta, ou seja, a partir do que elas responderam, mas também em conversas informais ou a linguagem não dita e que podem nos auxiliar a começar a dar resposta a essas questões trazidas por Bourdieu e que comprova como a pobreza menstrual está presente no cotidiano escolar desses estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os indivíduos passam a seguir um padrão moldado por critérios do discurso dominante e que acontece de maneira inconsciente pelas pessoas que as sofrem, justamente porque uma das características da violência simbólica é a relação de poder, de modo que a pessoa que apresenta um maior poder, independente de qual instituição social ela pertença pode exercer essa violência sobre uma pessoa que estaria “inferior” a ela.

Ao relacionarmos com a temática, podemos concluir que todas essas discussões trazidas ao longo do artigo podem ser consideradas violência simbólica a partir da compreensão que Bourdieu nos traz e que nos auxiliam a compreender como a mesma acontece.

"A violência simbólica é essa violência que consegue impor significações e refazer as mentes não através da força física, mas com o auxílio de instrumentos ou rituais de comunicação." (Bourdieu, 2003)

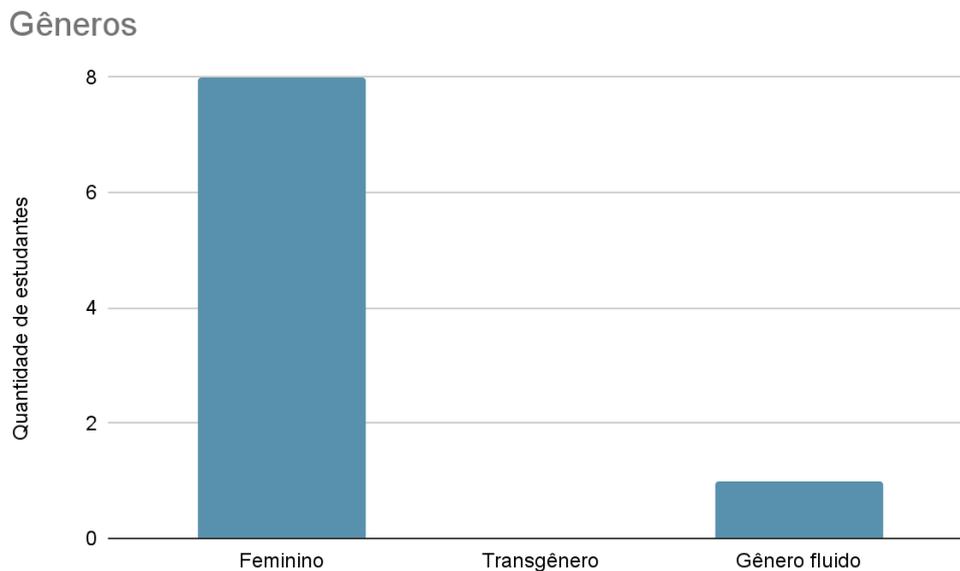
Isso porque essa violência acontece de maneira sutil, quase que imperceptível, o que mais uma vez reforça o fato dessa violência ser mais fácil de acontecer e se propagar. Ao aplicar o questionário com questões abertas pode-se notar essas características, o questionário foi aplicado com 9 alunas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Reitor Edvaldo do Ó, e realizado com um questionário com questões abertas. As alunas correspondem às séries do 1º e 3º anos do Ensino Médio, as quais têm idades variando entre 15 e 19 anos. Como forma de assegurar a imagem dos estudantes, os mesmos não serão identificados, sendo citados desse modo como numerais (aluno 1, aluno 2...).

As questões que Bourdieu (2012) nos traz são de grande importância para entender como esses estudantes se entendem no espaço escolar. Após observar o cotidiano deles por volta de 1 mês e fazendo parte também desse cotidiano, pude perceber em primeiro momento que a falta de recursos dentro do ambiente escolar era recorrente, principalmente quando se

trata de papel higiênico nos banheiros. Os alunos estudam em tempo regular e não possuem condições mínimas de higiene para se manterem nesse espaço.

Com um vínculo estabelecido com os estudantes durante minhas visitas na escola foi possível observar o não dito por eles através de gestos, nas formas de se comportar e nos comentários informais também. Esse vínculo foi importante também para que a pesquisa se tornasse algo mais confortável a ser realizado.

Para início, além das idades e séries, foi questionado sobre a maneira como se identificam através do gênero como mostra o gráfico abaixo, um dado importante também para poder perceber como esses estudantes compreendem seus corpos.

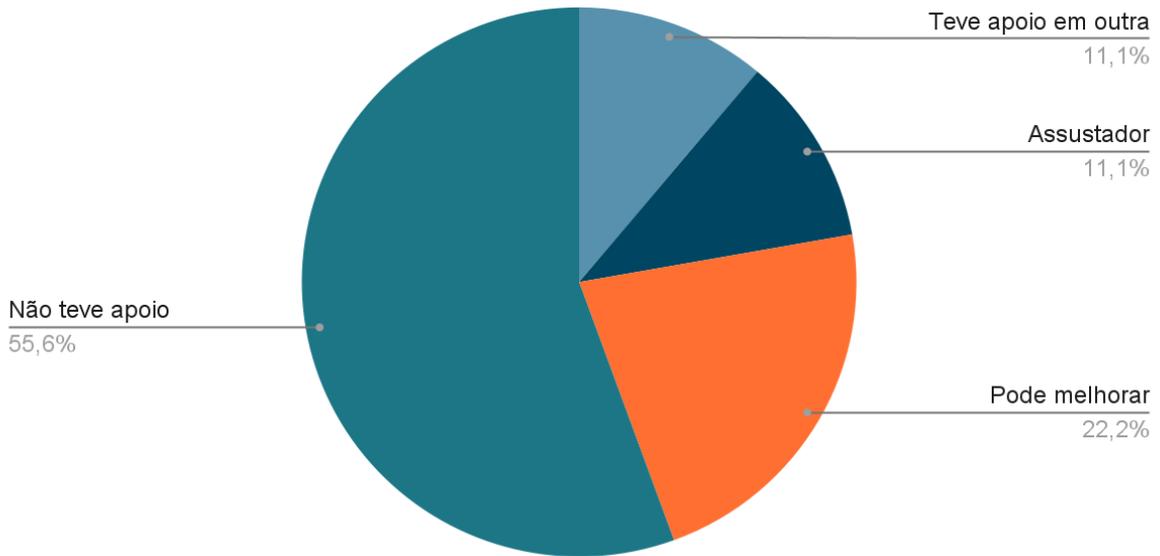


Como resposta temos que nenhum dos entrevistados se identificam como transgênero, 11,1% se identificam como gênero fluido, o que corresponde a apenas 1 dos entrevistados e 88,9% se identificam com o gênero feminino. Ao longo das visitas percebe-se que o estudante de gênero fluido se recusa a falar sobre seu gênero ou pautas menstruais na presença do seu irmão o que expressa em suas falas um desconforto, talvez pelo posicionamento do seu irmão diante dessas questões.

A primeira pergunta tratada no questionário se refere a qual foi a primeira impressão delas na escola quando relacionamos ao tema de “menstruação”, muitas não sabia sobre o tema voltado à pobreza menstrual o que mostra um índice de desinformação e debates sobre

isso. O gráfico abaixo nos mostra um número significativo que representa a falta de apoio vindo da escola.

Qual a primeira impressão que você teve na escola quando relacionamos o tema "menstruação"?



Em resposta ao questionário com as alunas, uma delas destacou:

aqui na escola as meninas tem muita falta de higiene, acho que é muita falta de educação e a escola também não disponibiliza essas coisas, não deixa no banheiro para a gente usar, porque tem muita gente que não trás e as vezes precisa, e a escola não dá esse apoio a gente, a gente não sente essa firmeza da escola. (Aluna 3)

Ou seja, um dado que confirma a falta desses recursos ao longo do ano letivo. Em contrapartida, a aluna 2 afirma que em meio tempo já houveram duas campanhas de entrega de absorventes na atual escola, enquanto as alunas 1 e 7 disseram que em suas antigas escolas vivenciaram a entrega de absorventes de maneira mais frequente e acrescenta:

Nessa escola eu não tenho apoio, mas na escola integral que eu estudava nos banheiros tinha absorventes, tinha umas frases motivacional, tava lá falando de estria, de corpo, lá tinha um contexto. (Aluna 7)

Em que é notório na fala da aluna que sua percepção sobre seu próprio corpo e suas experiências em relação a menstruação e de como a antiga escola via isso mudam, isso porque ela percebe outro olhar da instituição em relação a temática, principalmente como mulheres, e vê a menstruação como um contexto natural e de influência no ambiente escolar, como também como esse contexto muda com a experiência na nova escola que mudam também suas maneiras de pensar sobre si e sobre a pobreza menstrual.

As alunas que tiveram essa mudança de escola perceberam como essa violência simbólica acontece no seu cotidiano, mas conseguem problematizar essas atitudes.

Quando questionado sobre a rede de apoio da escola e sobre abertura para debater o tema no ambiente escolar, todas as alunas disseram que não tiveram apoio da instituição escola durante sua caminhada nos períodos menstruais, nesta ou em outras escolas e que atualmente também não percebe nenhum tipo de apoio, já ao que diz respeito a abertura para debates ou mobilizações e palestras sobre o tema, 8 das 9 alunas abordadas dizem que não vê nenhum tipo de abertura para falar sobre o assunto e vale ressaltar algumas falas quando tratamos sobre isso:

Eu acho que faltou uma sensibilidade e mais palestras por exemplo com temas voltados a isso, por que como é uma coisa que corresponde as mulheres, então acho que merece mais atenção, por que é uma coisa que afeta num sentido amplo, os recursos que a gente precisa, acho que merece uma atenção e acho que hoje em dia não tem tanto como deveria ter. (Aluna 2)

A gente se priva muito de falar sobre isso porque a escola não da muita abertura pra gente falar sobre essas coisas, foca mais na educação e não tanto nesses problemas que a gente tem. (Aluna 3)

Mas, o que isso significa? Na fala dessas alunas enxergamos em primeiro lugar o sentimento de não pertencimento, uma vez que o primeiro relato fala sobre sensibilidade e um olhar sobre elas, um sentimento de estar sendo invisibilizadas. Em segundo plano vemos no último relato a necessidade, assim como no primeiro, sobre pautas voltadas à temática de menstruação e que, assim como a aluna relata “A escola trás tudo quanto é de assunto menos isso, não trás nada relacionado a isso..”(Aluna 8), nesse “tudo” relacionados aos assuntos trabalhados, nenhum se refere a menstruação. Além disso, também percebem a falta de abertura e de importância em falar sobre esses “problemas que a gente tem”. Esses problemas seriam inferiores ou não prioritários para serem tratados em contexto escolar?

Essas falas também reforçam a discussão trazida no início do artigo de como o sistema, e a escola em consequência pode reproduzir o “lugar da mulher” socialmente e de como esses estereótipos e tabus prejudicam na vivência dessas alunas como a aluna 5 responde “foi uma experiência assustadora e vergonhosa” onde na verdade deveria ser tratado com naturalidade causando menos violência, essa em seus mais diversos sentidos, nessas mulheres.

As ações de infreqüência causado pela falta de recursos também é retratado por uma das alunas que em suas respostas nos responde que:

Em uma das vezes que estava menstruada e sentindo muita cólica, a escola não me deu apoio de nada, eles não tinham nada a oferecer, então só me mandaram embora pra casa, e isso já aconteceu comigo e com outras colegas que foi socorrida quando outra aluna cedeu um absorvente. (Aluna 5)

Infelizmente esse tipo de prática é muito comum no cotidiano dos estudantes ao longo do ano letivo em diversas escolas no Brasil, trazendo consequências psicológicas, físicas, mas também como fator prejudicial para o aprendizado e avanço intelectual desses estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresenta dados significativos para compreender a violência simbólica no ambiente escolar, a partir do campo de pesquisa de sociologia e nos mostra também a importância do ensino de sociologia para esses estudantes como maneira de desnaturalizar essas práticas em primeiro momento para os que praticam a violência e em segundo momento para os que a vivem. Outrossim, vale destacar a importância da distribuição de recursos e o interesse do Estado em efetivar políticas no meio doméstico, postos de saúde e instituições de educação.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a oportunidade de vivenciar a Residência Pedagógica em Sociologia que me proporcionou visitas à escola-campo além de instigar a pesquisa através das reuniões de formação da Residência vendo a importância sobre a temática. Além disso, também trago meus agradecimentos a CAPES pelo financiamento que corroborou para realização da pesquisa a qual consegui trazer esses resultados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa. Capítulo III. Seção I. DA EDUCAÇÃO. **Art 205 Da educação, da cultura e do esporte.** Disponível em: [Supremo Tribunal Federal \(stf.jus.br\)](http://www.stf.jus.br)

Bourdieu, P. Sobre o Estado : Cursos no Collège de France (1989-92); 1º ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2014.

Bourdieu, P. Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992). Paris: Raisons d'Agir/Seuil. 2012.

SÃO PAULO. **Projeto de lei executivo nº 388. Catálogo de Legislação Municipal.** Institui o Programa de cuidados com as estudantes nas escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. 2021. Disponível em: [PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 388 DE 16 DE JUNHO DE 2021 « Catálogo de Legislação Municipal \(prefeitura.sp.gov.br\)](http://www.prefeitura.sp.gov.br/legislacao)

TARZIBACHI, E. Menstruar también es político. BORDES. 2017. Disponível em: <https://publicaciones.unpaz.edu.ar/OJS/index.php/bordes/article/view/181>.

BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. Brasil. 2003

SANTOS, J. **A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 2015

SILVA, J, LOPES, Y, JÚNIOR, V. A pobreza Menstrual como fator de violação de direitos humanos: um olhar para adolescentes em ambiente escolar. 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22714>